

Cabral entrega esboço de Constituição

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O primeiro projeto oficial da futura Constituição, com 496 artigos, foi divulgado ontem pela Assembleia Nacional Constituinte e começou a ser debatido pela Comissão de Sistematização, que tem até terça-feira para aprová-lo e encaminhá-lo ao plenário da Constituinte, onde passará 40 dias sendo discutido. Nos primeiros 30 dias deste prazo, serão aceitas emendas (estima-se que serão apresentadas mais de 30 mil propostas de modificação) e redigido novo projeto.

Com cinco artigos a menos que o original, o novo texto elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, promove principalmente alterações formais, embora algumas tenham conseqüências mais profundas. O projeto não é acei-

to pelo relator nem pelos partidos e, deverá ser totalmente alterado, devendo retornar ao plenário da Constituinte no dia 26 de agosto, depois de novo exame pela Comissão de Sistematização e completamente reescrito.

O novo projeto troca os nomes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, transformando-os em Câmara Federal e Senado da República, o dos Tribunais de Alçada, que passam a chamar-se Tribunais Inferiores, substitui a expressão "idioma nacional" por "língua portuguesa" como língua oficial do País, revoga a expressão "orientação sexual" por "comportamento sexual" e define que o voto, além de direito e secreto, deve ser igual.

O novo texto de Bernardo Cabral atribui à União a competência para administrar as reservas cambiais do País, o que havia sido esquecido no texto anterior. A União também fica

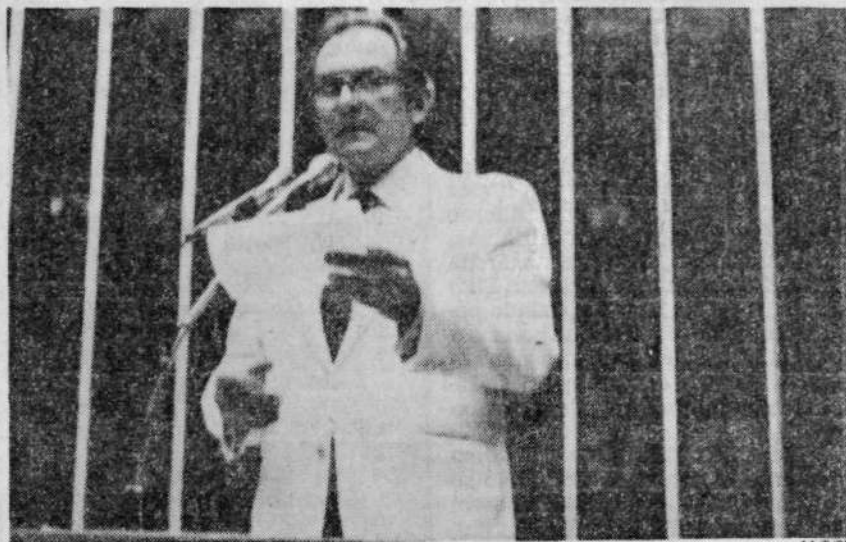
responsável pela manutenção do meio ambiente e tado controle da poluição, retirando do Congresso o poder de prévia autorização para realização de projetos de grande impacto ambiental. E inclui a organização da polícia civil, militar e corpo de bombeiros entre as atribuições da União que passa a proprietária das jazidas, minas e potenciais hidrelétricos.

Na área trabalhista e sindical, o novo texto permite que a contribuição sindical seja descontada em folha mesmo sem autorização dos trabalhadores — o que era vedado pelo texto anterior, dá imunidade sindical aos integrantes das comissões de trabalhadores nos locais de trabalho (delegados sindicais, comissões nos locais de trabalho (delegados sindicais, comissões de fábrica etc) e assegura de forma explícita o direito de greve do servidor público.

Para adequar o projeto às inten-

ções parlamentaristas predominantes, foi extinto do texto o cargo de vice-presidente da República, cargo inexistente no modelo parlamentarista; e estabelece que os projetos do presidente da República ou do primeiro-ministro podem receber emendas, mesmo que impliquem aumento de despesas, desde que compatíveis com os planos de governo.

O projeto mantém a igualdade entre homens e mulheres, "com a única exceção dos que têm a sua origem na gestão, no parto e no aleitamento", e aumenta o parágrafo que determina como tarefas fundamentais do Estado "favorecer o sentido social da liberdade, a fim de que todos disponham de tantas liberdades quanto o que mais dispõe de liberdades entre nós, critério em que se legitima a intervenção equalizadora do Estado para alinhar a sociedade na direção de uma democracia de liberdades igualadas".



Texto de Cabral ainda deve passar por muitas alterações

11587

Sandra nega denúncia de fraudes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Uma das participantes da reunião, embora não seja líder, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) desmentiu para os líderes e o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que tenha feito declarações pondo em dúvida a honestidade do trabalho de compatibilização do anteprojeto, desmentindo até mesmo declarações suas, gravadas e ditas no programa *Bom Dia Brasil*, da TV Globo, na manhã de sexta-feira.

Segundo reconstituição de um dos participantes da reunião, a certa altura Sandra Cavalcanti afirmou: "Peço minhas mais humildes desculpas porque não quis magoar ninguém", referindo-se às declarações que ela deu à imprensa durante todo o dia de sexta-feira. Logo depois, ela disse: "Não acusei de fraude ao relator Bernardo Cabral, de cuja lisura jamais duvidei, nem acusei aos relatores adjuntos ou aos relatores auxiliares", disse Sandra Cavalcanti na reunião.

Por conta do desmentido formal de Sandra Cavalcanti, e mesmo sabendo que ela fez realmente as declarações, que foram transmitidas pela televisão, os líderes reunidos chegaram à conclusão de redigir uma nota oficial do grupo para prestar solidariedade a Sandra Cavalcanti e acusar a imprensa, à qual repelem por considerarem as notícias como "inverídicas e aleivosas".

Mais ainda: os líderes decidi-

ram levar ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte (e também presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB), deputado Ulysses Guimarães, um pedido para que ele, com base no artigo 77 do Regimento Interno, convoque uma rede nacional de rádio e de televisão, durante uma hora, para mostrar o trabalho que vem sendo feito pela Constituinte, que, no entender dos líderes, vem sofrendo críticas descabidas.

"GRAVE INJUSTIÇA"

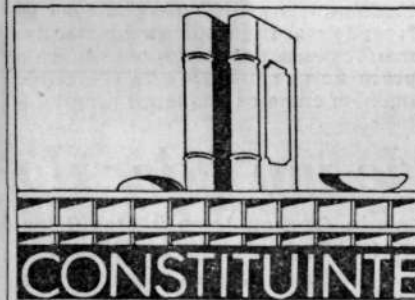
A nota de esclarecimento aos jornalistas, assinada por todos os participantes da reunião, líderes ou não, afirma que as notícias de alguns jornais e TV a respeito da atuação do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, bem como de sua assessoria, "distorcem totalmente os fatos e ferem gravemente a imagem da Constituinte na opinião pública, representando, além disso, uma grave injustiça ao relator e seus assessores".

Continua a nota, informando das duas providências decididas pelos líderes: "1º) Em face as amplas explicações oferecidas pela deputada Sandra Cavalcanti, negando a autoria das declarações estampadas na imprensa, decidem os líderes prestar integral solidariedade ao relator e sua assessoria, e repelir, como inverídicas e aleivosas, as referências feitas ao seu trabalho, na forma divulgada; e, 2º) Tendo em vista que as notícias foram amplamente divulgadas e o esclarecimento do episódio deu-se

no âmbito de uma reunião interna da Constituinte, decidiram os líderes solicitar ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte a requisição de horário para leitura desta nota e demais informações destinadas e elucidar plenamente a opinião pública", conclui a nota.

Ministros "Decidem" Mandato Presidencial

"A maior piada nacional da semana" — foi como o deputado Car-



los Cotta (PMDB-MG) classificou ontem, no plenário da Constituinte, a informação do ministro Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, de que, em reunião com o presidente do partido, Ulysses Guimarães, os ministros do PMDB, "por unanimidade consensual", decidiram por um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. "Ainda bem — ironizou — que os ministros do PMDB não optaram por um regime monárquico para o presidente Sarney e por ministros vitalícios..."

PTB e PDS exigem votação de destaques

AGÊNCIA ESTADO

Não houve acordo entre os líderes partidários, devido às resistências do PTB e do PDS, e o segundo anteprojeto elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), vai precisar ser discutido e votado, até com a apresentação de destaques para votação de alguns artigos em separado, o que deve retardar um pouco os trabalhos.

O acordo tentado pelos líderes e encaminhado pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), previa que os partidos votariam o segundo anteprojeto de Bernardo Cabral (que eles chamam de Cabral 2), juntamente com as emendas que o relator aceitou na fase de adequação, seguindo as demais emendas — as rejeitadas e as não aproveitadas — automaticamente para o plenário, para serem futuramente reexaminadas.

O deputado Gastone Righi (PTB-SP) não acatou o acordo, explicando que não concorda em cortar etapas, principalmente porque pretende apresentar destaques para, pelo menos, dois artigos do anteprojeto. Mário Covas tentou alertar os demais líderes para o fato de que já no sábado, dia 18, começa a contar o prazo de 40 dias para discussão do projeto oriundo das emendas agora apresentadas, e dentro desse prazo, 30 dias são para apresentação de emendas em todos os sentidos, inclusive as de mérito e as do cidadão.

Sem acordo, ontem mesmo foi

iniciado o processo de discussão do anteprojeto. O entendimento dos líderes é de que os partidos apresentem o mínimo possível de destaques em separado, para tornar mais rápida a votação do anteprojeto. Mário Covas previu que em 24 horas tudo estará resolvido.

Em Belém, os participantes do I Congresso Agrarista da Amazônia na Constituinte (Conagrar I) encaminharam uma proposta à Constituinte, em que pedem mudanças econômicas e sociais, especialmente a reforma agrária, como solução para os problemas da região.

Eles propõem que as terras sejam destinadas a assentamento de pequenos proprietários qualificados pelo regime de produção familiar, mas que sejam respeitados os sítios ecológicos. A reforma agrária, segundo a proposta, deve ser feita imediatamente, pela desapropriação dos latifúndios, com indenização em títulos da dívida pública correspondente ao valor do imóvel declarado no cadastro rural. Os congressistas pedem, ainda, a limitação da extensão do imóvel rural, de forma a impedir a concentração da propriedade da terra.

Em outro ponto, eles reivindicam a criação e a instalação imediata de uma justiça agrária, especializada e competente, para processar e julgar atos originados do domínio, posse e uso das terras públicas e particulares, bem como as questões fundiárias decorrentes de desapropriação por interesse social ou para fins de reforma agrária.



Eugênio Novaes/Anda

Sandra nega denúncia